

PORTUGUÊS

Atente para a imagem abaixo e responda as questões 01, 02 e 03.

AMARILDO



Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_7024QKdLrXE/Rwg91rA9G_I/AAAAAAAAABg4/ZyVDmw85XqY/s400/charge_20071006.jpg

01 – Quanto aos discursos dos personagens, é possível concluir que:

- I- O personagem masculino utilizou de uma insinuação de que a fidelidade conjugal não consiste da obrigatoriedade.
- II- A personagem feminina, ingenuamente, acreditou se tratar tal obrigatoriedade nos relacionamentos conjugais.
- III- O personagem masculino deixou um subentendido de que não pratica relação extraconjugal.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) I, apenas;
- B) II, apenas;
- C) III, apenas;
- D) I e II, apenas;
- E) I, II e III.

02 – O uso do vocativo “Benhê” e “Tribufu” nos discursos de ambas as personagens concorre, nitidamente, para identificar uma função da linguagem denominada:

- A) conativa
- B) fática
- C) expressiva
- D) poética
- E) metalinguística

03 – No discurso da personagem feminina é possível identificar uma classe de palavra invariável, em gênero e número, apenas, que expressa circunstância de:

- A) modo
- B) intensidade

- C) tempo
- D) negação
- E) dúvida

Considere a imagem abaixo e responda as questões 04 e 05.



Fonte: <http://radiolandafm.files.wordpress.com/2008/02/charge-celular.jpg>

04 – Quanto ao discurso do personagem:

- I- É possível identificar o uso informal da próclise;
- II- Há uma conjugal inadequada posterior ao pronome pessoal “me”;
- III- Houve uma supressão de fonemas no verbo “estar”, presente no texto.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- A) I, apenas;
- B) II, apenas;
- C) III, apenas;
- D) I e II, apenas;
- E) I, II e III.

05 – Visualmente é possível caracterizar um contraste entre a pobreza, marcada pela cultura do personagem de ser um catador de lixo e a tecnologia, associada ao uso do aparelho celular. Este contraste ilustrativo corresponde a uma figura de linguagem denominada:

- A) metonímia
- B) antítese
- C) personificação
- D) prosopopéia
- E) hipérbole

06 – Considere a charge abaixo e assinale a alternativa correta.



Fonte: <http://www.charge-o-matic.blogspot.com.br/Benett-charge01.gif>

A expressão inebriante pode ser trocada, formalmente, sem alteração semântica por:

- A) que lucida
- B) que obscurece
- C) que entontece
- D) que transparece
- E) que viaja

Considere o texto-piada abaixo para responder as questões 07, 08, 09 e 10.

Jeitinho brasileiro!

Estavam na china um brasileiro, um americano e um argentino.

Estavam bebendo na praça.

Só que na China isso é proibido e eles foram pegos em flagrante.

Presos, foram mandados ao Juiz pra receberem sua sentença.

O Juiz deu uma bronca enorme e disse que cada um ia receber 20 chicotadas como punição.

Só que estavam em transição entre o ano do cão e o do rato, então cada prisioneiro tinha direito à um pedido:

- Você americano! Seu país é racista, capitalista e eu odeio vocês, mas promessa é promessa!

Qual o seu desejo, desde que seja não escapar da punição?

- Quero que amarrem 1 travesseiro nas minhas costas!

- Que assim seja! E tome as chicotadas com o travesseiro nas costas...

Lá pela décima chicotada o travesseiro cedeu e o americano levou 10 chicotadas.

- Sua vez argentino! Seu povo é muito arrogante e trapaceiro.

Odeio vocês, mas promessa é promessa!! Qual o seu desejo?

- Que amarrem 2 travesseiros nas minhas costas!

E assim foi. Lá pela décima quinta chicotada os travesseiros cederam e o argentino tomou 5 das 20 chicotadas. Mas ficou feliz por que passou a perna no americano!

Foi a vez do brasileiro.

- Ora, ora, você é brasileiro... povo simpático, bom de futebol, humilde... como eu gosto do seu povo vc terá 2 pedidos!!

- Bem, eu queria levar 100 chicotadas...

- Espantoso!! Ainda por cima é corajoso!! Seu pedido será realizado!! Qual é o próximo?

- Amarra o argentino nas minhas costas!!!...

Fonte: <http://www.piadasonline.com.br/MostraPiadas.asp?Jeitinho-brasileiro/>

07 – A contextualização do texto-piada acima apresenta, predominantemente:

- A) a fúria dos chineses perante os americanos;
- B) a esperteza dos argentinos diante dos americanos;
- C) a atitude extrema dos chineses;
- D) a habilidade do brasileiro;
- E) o perdão da justiça chinesa.

08 – No enunciado: “-Ora, ora, você é brasileiro... povo simpático, bom de futebol, humilde... como eu gosto do seu povo vc terá 2 pedidos!!”, temos:

- A) 01 oração;
- B) 02 orações;
- C) 03 orações;
- D) 04 orações;
- E) 05 orações.

09 – Quanto aos estudos sobre acentuação gráfica, na frase: *Seu pedido será realizado!! Qual é o próximo?*, a palavra destacada é acentuada porque:

- A) toda paroxítona terminada em “o” deve ser acentuada.
- B) toda proparoxítona deve ser acentuada.
- C) trata-se de uma palavra oxítona.
- D) palavras terminadas em “mo” devem ser acentuadas.
- E) palavras com a presença de dígrafo devem ser acentuadas.

10 – Imaginemos que numa certa situação tenhamos que identificar o sujeito de uma oração só com as informações que são mostradas impressas. Desta forma, na oração: “Estavam bebendo na praça.”, podemos classificar como:

- A) sujeito determinado
- B) sujeito composto
- C) sujeito oculto
- D) oração sem sujeito
- E) sujeito indeterminado

CONHECIMENTOS GERAIS

11 – O município de Capim emancipado há pouco mais de uma década pertencia, sumariamente a:

- A) Sapé
- B) Cuité de Mamanguape
- C) Mamanguape
- D) Sobrado
- E) Cruz do Espírito Santo

12 – A população do município de Capim, segundo o Censo/2007 do IBGE, concorre para uma estimativa de:

- A) 6.300 habitantes
- B) 11.400 habitantes
- C) 8.700 habitantes
- D) 5.200 habitantes
- E) 3.800 habitantes

13 – A cidade de Capim, apesar da pouca idade, já apresenta alguns nomes que vão ficar na história do município como representantes do povo como gestor eleito pelo voto. Todos os nomes abaixo são de ex-prefeito e/ou ex-vice-prefeito de Capim, **EXCETO**:

- A) João Bento Batista
- B) João Rocha
- C) Sérgio Lima
- D) João Cardoso dos Santos
- E) Pedro Jorge Coutinho Guerra

14 – Todo município que se preza, adota prioritariamente seus símbolos institucionais. O município de Capim, orgulhosamente, também adota um brasão, como símbolo institucional que o identifica em certas ocasiões de representatividade. Desta forma, assinale a alternativa que apresenta as cores oficiais do brasão institucional de Capim.

- A) Rosa, amarelo, branco e vermelho.
- B) Verde, vermelho, amarelo e roxo.
- C) Vermelho, amarelo, branco e verde.
- D) Azul, amarelo, branco e verde.
- E) Laranja, vermelho, amarelo e azul.

15 – A(O) padroeira(o) do município de Capim corresponde a:

- A) Nossa Senhora da Luz
- B) Sant'Ana
- C) Santo Antônio
- D) Santa Rita de Cássia
- E) São Sebastião

16 – Conforme a Lei Estadual de Nº 6.425 de 27 de dezembro de 1996, os limites do município de Capim dividem-se com:

- A) Itapororoca, Araçagi, Mamanguape, Santa Rita, Sapé.

- B) Cuité de Mamanguape, Itapororoca, Mamanguape, Rio Tinto, Santa Rita, Sapé.
- C) Itapororoca, Mamanguape, Cuité de Mamanguape, Cruz do Espírito Santo, Sapé.
- D) Itapororoca, Mamanguape, Cuité de Mamanguape, Santa Rita, Sapé, Araçagi.
- E) Cuité de Mamanguape, Itapororoca, Rio Tinto, Santa Rita, Sapé.

17 – A comemoração da emancipação política da cidade de Capim se dá todos os anos em:

- A) 23 de março.
- B) 05 de maio.
- C) 09 de julho.
- D) 12 de agosto.
- E) 07 de setembro.

18 – A Paraíba já foi destaque no passado quanto ao seu futebol quando o Botafogo de João Pessoa, ganhou de 2 X 1 para o Flamengo em pleno Maracanã. Sabe-se que esta façanha foi uma época de ouro para o time paraibano na década de 80. Recentemente, outro clube paraibano se destacou na mídia por ter conseguido no ano passado classificação para o ingresso na Série B do campeonato Brasileiro de Futebol. Apesar de não está fazendo uma boa campanha este ano o clube vem se segurando como pode. Trata-se do:

- A) Auto Esporte
- B) Botafogo
- C) Campinense
- D) Treze
- E) Sousa de Cajazeiras

19 – Na Paraíba, está acontecendo um grande dilema sobre a aprovação de um projeto de lei que extingue uma lei que trata da criação de uma corte para fiscalizar os gastos públicos em nosso estado. A corte em questão refere-se ao:

- A) Tribunal de Contas do Estado
- B) Conselho Estadual de Justiça
- C) Procuradoria Especial de Contas
- D) Tribunal de Contas dos Municípios
- E) Controladoria Estadual de Contas

20 – Atualmente, o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, considerada a mais importante das comissões deste Poder Legislativo, corresponde a:

- A) Dep. Aguinaldo Ribeiro
- B) Dep. Raniery Paulino
- C) Dep. Olenka Maranhão
- D) Dep. Jeová Campos
- E) Dep. Zenóbio Toscano

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 – Sabemos que os *Direitos e Garantias Fundamentais* se baseiam em dois planos: Um **plano jurídico-político** que proíbe o Poder Público de atentar contra a esfera individual da pessoa (competência negativa). O outro, seria o **plano jurídico-subjetivo**, ou seja, o poder de exercer os direitos fundamentais (liberdade positiva) e de exigir omissões dos poderes públicos. Pois bem, em relação à sua historicidade observe as questões abaixo:

- I**- Os Direitos de primeira geração surgem no século XVII, eles cuidam da proteção das liberdades públicas, ou seja, os direitos individuais, compreendidos como aqueles inerentes ao homem e que devem ser respeitados por todos os Estados, como o direito à liberdade, à vida, à propriedade, à manifestação, à expressão, ao voto, entre outros.
- II**- Os Direitos de segunda geração são os chamados direitos sociais, econômicos e culturais, onde se passou a exigir do Estado sua intervenção para que a liberdade do homem fosse protegida totalmente (o direito à saúde, ao trabalho, à educação, o direito de greve, entre outros). Veio atrelado ao Estado Social da primeira metade do século passado.
- III**- Os Direitos de terceira geração são aqueles ligados à solidariedade ou fraternidade, voltados para a proteção da coletividade. As Constituições passam a tratar da preocupação com o meio ambiente, da conservação do patrimônio histórico e cultural, etc.
- IV**- Os Direitos de quarta geração têm como defensor o constitucionalista Paulo Bonavides, para quem seriam resultado da globalização dos direitos fundamentais, de forma a universalizá-los institucionalmente, citando como exemplos o direito à democracia, à informação, ao comércio eletrônico entre os Estados.
- V**- Não existe qualquer relação de hierarquia entre estes direitos, mesmo porque todos interagem entre si, de nada servindo um sem a existência dos outros. Esta nomenclatura adveio apenas em decorrência do tempo de surgimento, na eterna e constante busca do homem por mais proteção e mais garantias, com o objetivo de alcançar uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Está(ão) corretas:

- A)** I, III e V.
- B)** II, IV e V.
- C)** I, II e III.
- D)** I, II, III e IV.
- E)** I, II, III, IV e V.

22 – Com relação à *Nacionalidade*, Capítulo III da nossa Constituição, observe as questões abaixo:

- I**- São brasileiros natos: os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- II**- São brasileiros natos: os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

- III**- São brasileiros natos: os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- IV**- A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição Federal.
- V**- Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Está(ão) corretas:

- A)** I, II, III, IV e V.
- B)** I, II e V.
- C)** II, III e V.
- D)** I, II, IV e V.
- E)** I, II, III e IV.

23 – Compete privativamente à União legislar sobre vários assuntos, **exceto**:

- A)** Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
- B)** Desapropriação;
- C)** Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- D)** Sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;
- E)** Trânsito e transporte.

24 – Sobre o Poder Executivo Federal observe as questões abaixo:

- I**- Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.
- II**- Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até trinta dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.
- III**- Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- IV**- Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- V**- Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

Está(ão) **incorretas**:

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, II e III.
- C) IV e V.
- D) II, III e V.
- E) I, III e V.

25 – O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Sobre este órgão marque a opção **incorreta**:

- A) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- B) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- C) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios não poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo.
- D) As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.
- E) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

26 – As relações habituais que, em decorrência da lei, de cláusulas contratuais e, ainda, do objeto da relação jurídica, colocam a Administração em posição jurídica peculiar em favor da satisfação de um interesse público, são os chamados contratos administrativos, firmados pela Administração Pública e regidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nº. 8.666/93. Em relação aos Contratos Administrativos observe as questões abaixo:

- I- Acerca desse tema é correta a afirmação que existe diferença entre “Contrato da Administração” e “Contratos Administrativos”. Contratos da Administração abrange todos os contratos celebrados pela Administração, seja sob o regime de direito público ou de direito privado. Já o contrato administrativo, que seria uma espécie do gênero “Contratos da Administração”, seriam os ajustes que a Administração celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos, segundo regime jurídico de direito público.
- II- Os contratos administrativos se enquadram no conceito geral de contrato em virtude de se originarem de um acordo de vontade que gera direitos e obrigações para ambas as

partes (Administração e parte contratada). O que caracteriza o contrato administrativo, e conseqüentemente o diferencia das demais espécies é o fato do mesmo se submeter à um regime jurídico de direito público, que impõe diversas prerrogativas e sujeições à Administração que seriam inaceitáveis numa relação contratual entre particulares. E tal peculiaridade se faz necessária uma vez que todo contrato administrativo a ser celebrado pelo Estado tem por finalidade a concretização do interesse público, e não apenas o interesse restrito das partes contraentes.

- III- As prerrogativas assistidas à Administração no âmbito de um contrato administrativo são previstas por meio das “Cláusulas Exorbitantes”, que são aquelas que não são comuns ou seriam ilícitas nos contratos entre particulares, por encerrarem privilégios de uma das partes em relação a outra, e tais cláusulas tornam-se necessárias nos contratos administrativos em virtude da supremacia da Administração, que defende os interesses da coletividade, sobre a parte contratada. Nos contratos administrativos as cláusulas exorbitantes existem implicitamente, ainda que não expressamente previstas, pois como já exposto são indispensáveis para prevalência do interesse público sobre o particular.

Está(ão) **corretas**:

- A) I e II
- B) Apenas a III
- C) II e III
- D) I, II e III
- E) Apenas a II

27 – A expressão poder de polícia ingressou pela primeira vez na terminologia legal no julgamento da suprema corte norte-americana, no caso Brown x Maryland, de 1827; a expressão fazia referencia ao poder dos Estados-membros de editar leis limitadoras de direitos, em benefício do interesse coletivo. Sobre o nosso poder de polícia observe as questões abaixo:

- I- O poder de polícia destina-se a assegurar o bem estar geral, impedindo, através de ordens, proibições e apreensões, o exercício anti-social dos direitos individuais, o uso abusivo da propriedade, ou a prática de atividades prejudiciais à coletividade. Expressando-se no conjunto de órgão e serviços públicos incumbidos de fiscalizar, controlar e deter as atividades individuais que se revelem contrárias à higiene, à saúde, à moralidade, ao sossego, ao conforto público e até mesmo à ética urbana.
- II- Para administrar o conflito entre o interesse público e o particular de forma mais enérgica, aplicou-se ao poder de polícia, dois sentidos: um sentido amplo e um sentido estrito. Sendo que o segundo, é responsável pelo poder de polícia administrativo. Observamos então que o poder de polícia administrativo tem intervenções genéricas ou específicas do Poder Executivo, destinadas a alcançar o mesmo fim de interferir nas atividades de particulares tendo em vista os interesses sociais.

III- Poder de Polícia seria a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

IV- Pode-se definir polícia administrativa, como as ações preventivas para evitar futuros danos que poderiam ser causados pela persistência de um comportamento irregular do indivíduo. Tenta impedir que o interesse particular se sobreponha ao interesse público. Este poder atinge bens, direitos e atividades, que se difunde por toda a administração de todos os Poderes e entidades públicas.

V- A polícia administrativa tanto pode agir preventivamente (orientando os comerciantes sobre o risco de expor a venda produtos deteriorados ou impróprios para o consumo), como pode agir repressivamente (apreendendo os produtos vencidos dos estabelecimentos comerciais). Nas duas hipóteses a sua função é impedir que o comportamento do indivíduo cause prejuízos para a coletividade.

Está(ão) corretas:

- A) I, III e V.
- B) I, II, III, IV e V.
- C) I e III.
- D) II, III e V.
- E) III, IV e V.

28 – Em relação à Lei nº. 8.666/1993 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública marque a opção **incorreta**:

- A) É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.
- B) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- C) A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.
- D) Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.
- E) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

29 – Ainda sobre a Lei nº. 8.666/1993 marque a opção **incorreta**:

- A) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 5 (cinco) dias úteis.
- B) Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- C) A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- D) Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.
- E) A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

30 – Sobre a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro observe as questões abaixo:

- I- Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.
- II- As correções a texto de lei já em vigor não consideram-se lei nova.
- III- A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- IV- A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.

Está(ão) corretas:

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III
- C) II e IV
- D) II, III e IV
- E) I e II

31 – Sabemos que as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. Sobre as pessoas jurídicas em nosso Código Civil é incorreto afirmar:

- A) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

- B)** Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- C)** Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- D)** Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- E)** Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.

32 – Sobre a prescrição e decadência em nosso Código Civil observe as questões abaixo:

- I-** A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- II-** Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- III-** Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.
- IV-** Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- V-** Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

Está(ão) corretas:

- A)** I, II e V.
B) I, II, III e IV.
C) III, IV e V.
D) I, II, III, IV e V.
E) I e III.

33 – Acerca do Litisconsórcio e da Assistência observe as questões abaixo:

- I-** O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa. O pedido de limitação não interrompe o prazo para resposta, que recomeça da intimação da decisão.
- II-** Há litisconsórcio facultativo, quando, por disposição de lei, pela natureza da relação jurídica ou pelo acordo entre as partes o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para

todas as partes; caso em que a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo.

- III-** Não havendo impugnação dentro de 10 (dez) dias, o pedido do assistente será deferido. Se qualquer das partes alegar, no entanto, que falece ao assistente interesse jurídico para intervir a bem do assistido.
- IV-** A assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direitos controvertidos; casos em que, terminando o processo, cessa a intervenção do assistente.
- V-** Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

Está(ão) **incorretas**:

- A)** I, III e V.
B) I, II e III.
C) III, IV e V.
D) I, II, III, IV e V.
E) I, II, III e IV.

34 – Acerca da Ação Rescisória observe as questões abaixo:

- I-** O ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela.
- II-** Julgando procedente a ação, o tribunal rescindir a sentença, proferirá, se for o caso, novo julgamento e determinará a restituição do depósito; declarando inadmissível ou improcedente a ação, a importância do depósito reverterá a favor do réu.
- III-** Se os fatos alegados pelas partes dependerem de prova, o relator delegará a competência ao juiz de direito da comarca onde deva ser produzida, fixando prazo de 45 (quarenta e cinco) a 90 (noventa) dias para a devolução dos autos.

Está(ão) corretas:

- A)** I, II e III.
B) I e II
C) I e III
D) II e III
E) Apenas a I

35 – Acerca dos Recursos em nosso Código de Processo Civil marque a opção **incorreta**:

- A)** O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença; a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo.
- B)** Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.

- C) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei.
- D) Ao recurso adesivo se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior.
- E) Se, durante o prazo para a interposição do recurso, sobrevier o falecimento da parte ou de seu advogado, ou ocorrer motivo de força maior, que suspenda o curso do processo, será tal prazo restituído em proveito da parte, do herdeiro ou do sucessor, contra quem começará a correr novamente depois da intimação.

36 – Acerca da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) observe as questões abaixo:

- I- O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.
- II- Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.
- III- Sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de 2 (duas) horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10 (dez) horas diárias, em período não superior a 45 (quarenta e cinco) dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.
- IV- O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.
- V- O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de 60 (sessenta) dias da data em que se verificar a respectiva baixa.

Está(ão) corretas:

- A) I, IV e V
 B) II, III e IV
 C) I, II, III e IV
 D) I, II, III, IV e V.
 E) III e IV

37 – Pratica o crime de Concussão o funcionário que:

- A) Apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- B) Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.
- C) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- D) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- E) Nenhuma das respostas anteriores.

38 – Em nosso Código Penal existe um tipo penal que diz: “Auxiliar a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão”. Que delito seria este?

- A) Favorecimento pessoal
 B) Favorecimento real
 C) Fraude processual
 D) Exercício arbitrário das próprias razões
 E) Coação no curso do processo

39 – Acerca do Inquérito Policial observe as questões abaixo:

- I- Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- II- Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, ainda que esta contrarie a moralidade pública.
- III- O inquérito deverá terminar no prazo de 5 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- IV- Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.
- V- Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

Está(ão) corretas:

- A) I, II, III, IV e V.
 B) I, II, III e IV.

- C) I, IV e V.
- D) III, IV e V.
- E) I, II, IV e V.

40 – Acerca da Ação Penal e da Ação Civil observe as questões abaixo:

- I-** A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.
- II-** Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.
- III-** As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.
- IV-** Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.
- V-** Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.

Está(ão) corretas:

- A) II, III e V.
- B) I, II, III, IV e V.
- C) I, III e V.
- D) I, II, III e IV.
- E) I, IV e V.